



Ata da Reunião Ordinária nº 002/ 2026

1 Aos vinte seis dias do mês de maio de 2026 às 9:00 horas na Sala do Empreendedor nas dependências do
2 Facilita aconteceu a Reunião Ordinária de nº 002/ 2026 do Conselho Municipal de Desenvolvimento
3 Urbano – CONDEURB. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Cléverson Neri, Vanessa de
4 Oliveira Albuquerque, Marcelo Fermينو de Oliveira Junior, Rafael Tamberlini, Leonardo Rocha de Lima
5 Cezar, Vitor Alexandre Vansan Solla, Marco Antonio Momente, Elinalda Maria Martins Hugi, Eduardo
6 de Oliveira Campos Pereira, Alexandre de Lima, Moises Luiz Lourenço, Sidnei Jose Zanini, Edmilson
7 Jesus Giovani, Maria Bernadete Gut Oliveira e Janaina Fernanda Marcelino Franco. O Presidente Sr.
8 Cleverson Neri inicia com o Primeiro Ponto de Pauta: Aprovação da Ata da Reunião Ordinária 001/ 2026:
9 O Presidente pergunta aos conselheiros se há alguma consideração sobre a Ata, e não havendo nenhum
10 apontamento, a mesma foi considerada aprovada. Dando continuidade, encaminhou-se Segundo Ponto de
11 Pauta: Novo Código de Obras: O Presidente inicializa com uma breve explicação da Proposta de Projeto
12 de Lei que tem como objetivo revisar, aprimorar e modernizar a última legislação vigente datada de 2006,
13 legislação esta que versa sobre a padronização de projetos construtivos. E que desde agosto a equipe
14 técnica da Unidade Gestora de Urbanismo e Habitação está trabalhando neste projeto, que após elaborado
15 foi submetido à cinco audiências públicas, uma em cada região da cidade no mês de janeiro, com objetivo
16 de acolher sugestões da população e técnicos do município. Posteriormente, o texto teve o acréscimo das
17 manifestações advindas do ciclo de audiências, e após parecer da Procuradoria Jurídica o mesmo está na
18 fase de encaminhamento para o Legislativo, onde possivelmente ocorrerá outra audiência. O Presidente
19 apresenta o mesmo material que foi apresentado no Ciclo de Audiências Públicas e discorre tema a tema
20 que, além do Novo Código de Obras traz informações sobre o Aprova Digital e o Geo Várzea Paulista. A
21 referida apresentação segue em anexo a esta. O conselheiro Sr. Marco Antonio questiona se os certificados
22 e demais documentos gerados através do Aprova Digital serão aceitos pelo Cartório de Registro de
23 Imóveis da cidade, e o Presidente responde que sim. O conselheiro Sr. Edmilson pergunta se o Novo
24 Código de Obras irá atender os bairros com característica de zona rural, como o Mursa por exemplo. O
25 Presidente explica que a Lei atenderá todos os territórios, até mesmo aqueles em processo de REUR-E. E
26 a regularização de construções já existentes será contemplada na nova Lei de Anistia que também está em
27 processo de elaboração. Não havendo mais nenhuma dúvida, o Presidente prossegue para o Terceiro Ponto
28 de Pauta: Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS): O Presidente explica que se
29 trata de uma Lei Federal que tem como objetivo garantir que famílias em situação de vulnerabilidade
30 financeira tenham acesso gratuito ao trabalho de profissionais habilitados, para construção, reforma,
31 ampliação ou regularização de suas moradias. O objetivo é garantir que toda intervenção seja feita com



32 segurança, qualidade e adequação técnica, evitando riscos e promovendo saúde, conforto e durabilidade
33 para os imóveis. Prossegue explicando que o município interessado deve elaborar uma legislação própria,
34 e firmar parceria com o Associação de técnicos, como por exemplo a Associação e Engenheiros, Técnicos
35 e Tecnólogos (AETT), para que esta selecione os profissionais e elabore uma tabela de preços. Conclui
36 afirmando que a Unidade Gestora de Urbanismo e Habitação tem interesse na elaboração de uma Lei
37 Municipal neste sentido com projetos sendo custeados com recursos do Fundo Municipal de
38 Desenvolvimento Urbano. O conselheiro Sr. Rafael pergunta quais tipos de projetos podem ser
39 contemplados, e o Presidente explica que até mesmo acompanhamento de obras. O conselheiro Sr.
40 Leonardo pergunta se haverá critérios de seleção, como faixa de renda, para definição de público elegível,
41 e o Presidente responde que sim. O conselheiro e vice-presidente Sr. Moisés pergunta onde a população
42 pode se manifestar para reclamar da situação da fiação dos postes da CPFL, uma vez que, geralmente,
43 quando há troca de postes a fiação descartada é deixada pendurada ou espalhada na calçada atrapalhando
44 o fluxo de pedestres. O Presidente explica que é uma atribuição da empresa responsável, ou seja, a própria
45 CPFL. O conselheiro Sr. Edmilson solicita que seja enviada a apresentação do Novo Código de Obras e a
46 proposta da Lei de Anistia. E o conselheiro Sr. Marco Antonio solicita que seja enviada a Lei Federal
47 sobre Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social. A reunião encerra-se às 10:10 horas, eu
48 Vanessa de Oliveira Albuquerque lavrei a mesma.

ATA APROVADA POR UNANIMIDADE NA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 003/2026
REALIZADA EM 28/06/2026